



CGC 45.200.623/0001-46

Prefeitura Municipal de São José do Barreiro

RUA TENENTE MAGALHÃES, 109
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 656 DE 04 DE AGOSTO DE 1.993

" DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS
PARA O EXERCÍCIO DE 1994 DO MUNICÍPIO DE
SÃO JOSÉ DO BARREIRO, E DÁ OUTRAS PROVI-
DÊNCIAS CORRELATAS "

NELSON RIBEIRO MENDES, Prefeito Municipal de
São José do Barreiro, Estado de São Paulo no uso de suas atribuições
legais, FAZ SABER , que a Câmara Municipal de São José do Barrei-
ro aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei :-

CAPÍTULO I

DAS DIRETRIZES PARA O ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

ARTIGO 1º:- O Orçamento anual do Município de
São José do Barreiro, Estado de São Paulo abrangerá os Poderes Execu-
tivo e Legislativo, com todos os seus órgãos da administração, e com-
preenderá as metas e prioridades da administração Municipal, incluín-
do as despesas de capital para o exercício subsequente, orientará a
Lei Orçamentária Anual e, disporá sobre as alterações na legislação-
tributária .

ARTIGO 2º:- A Lei Orçamentária Anual do Muni-
cípio para 1994 (mil novecentos e noventa e quatro), será elaborada
em observância as Diretrizes fixadas nesta Lei e ao § 2º, II, artigo
165, da Constituição Federal, ao 2º, II, artigo. 174, da Constituiçã
o Estadual e ao § 2º, II artigo 196, da Lei Orgânica do Município.

ARTIGO 3º:- A proposta Orçamentária do Muni-
cípio para 1994, (mil novecentos e noventa e quatro) conterà:

I - as prioridades da administração pública /
municipal;

II - as ações de manutenção dos órgãos da admi-
nistração pública municipal, sob a forma de parâmetros resultantes /
de análise de comportamento da execução orçamentária nos exercícios
anteriores e sua formulação .

segue...



Prefeitura Municipal de São José do Barreiro

RUA TENENTE MAGALHÃES, 109
ESTADO DE SÃO PAULO

CGC 45.200.623/0001-46

ARTIGO 4º:- Os valores da receita e da despesa contidos na Lei Orçamentária Anual e nos quadros que integrarem / serão expressos a preços de cruzeiros.

PARÁGRAFO ÚNICO:- A Lei Orçamentária Anual / fixará os critérios de atualização das dotações orçamentárias a serem aplicadas durante o transcorrer de 1.994 .

ARTIGO 5º:- Na estimativa das receitas, considerar-se-á tendência do presente exercício e, os efeitos das modificações na legislação tributária, as quais serão objetos de Projetos de Lei , a ser encaminhado a Câmara Municipal antes do encerramento do / exercício corrente .

CAPITULO II

DA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

ARTIGO 6º:- A proposta Orçamentária do Município para 1994 (mil novecentos e noventa e quatro), será encaminhada a Câmara Municipal até 30 de Setembro do corrente e, observará a Lei / das Diretrizes Orçamentárias .

ARTIGO 7º:- Os projetos em fase de execução terão prioridade sobre os demais .

ARTIGO 8º:- O Poder Executivo, tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá a seleção das prioridades estabelecidas no Plano Plurianual, a serem incluídas na proposta-Orçamentária, se necessário, incluir programas não elencados, desde - que, financiados com recursos de outras esferas de governo .

ARTIGO 9º:- A proposta orçamentária que o Executivo enviará ao Poder Legislativo compor-se-á de :

- I - mensagem ;
- II - Projeto de Lei Orçamentária;
- III- Legislação decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária, e creditícia .

ARTIGO 10º: A mensagem que encaminha o Projeto de Lei Orçamentária Anual deverá explicitar os programas, planos e

segue...



Prefeitura Municipal de São José do Barreiro

RUA TENENTE MAGALHÃES, 109
ESTADO DE SÃO PAULO

CGC 45.200.623/0001-46

estimativas de fontes de recursos, para os financiamentos.

ARTIGO 11º:- Integração a Lei Orçamentária Anual.

I - Quadros e demonstrativos enumerados na Lei / 4320 de 17 de março de 1964 .

ARTIGO 12º:- A Lei Orçamentária incluirá dentre-
outros, o demonstrativo dos recursos destinados a manutenção e ao de
senvolvimento do ensino de forma a caracterizar o disposto na Consti-
tucional .

CAPITULO III

DAS PROPOSTAS RELATIVAS A PESSOAL

ARTIGO 13º:- A fixação dos valores das dotações-
orçamentárias destinadas as despesas de pessoal e respectivos Cargos
dar-se-á na conformidade do quadro de cargos e funções, o preenchi-
mento de vagas .

ARTIGO 14º:- As despesas com admissão de pessoal
a qualquer título ficam limitadas ao número de cargos e funções e de
correntes de legislação própria e especifica .

ARTIGO 15º:- Poderá ser proposta a criação de car-
gos , funções ou empregos públicos, desde que sejam claramente expli-
citados os critérios para dimensionamento e os objetivos.

ARTIGO 16º:- Serão postos na Lei Orçamentária a
anual despesas com pessoal específicos para treinamento, desenvolvimen-
to reciclagem, provas e concurso, tendo em vista as disposições lega-
is relativos a promoção e acesso no âmbito do Município .

ARTIGO 17º:- As despesas de pessoal e encargos de
que trata o presente capitulo, não poderão exceder aos limites previs-
tos na Constituição Federal .

CAPITULO IV

DAS PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTA- RIA .

ARTIGO 18º:- O Poder Executivo enviará a Câmara -
Municipal, proposta de Lei, dispondo sobre alterações na legislação-

segue...



CGC 45.200.623/0001-46

Prefeitura Municipal de São José do Barreiro

RUA TENENTE MAGALHÃES, 109
ESTADO DE SÃO PAULO

Tributária.

CAPITULO V

DA ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA E CAPTAÇÃO DE RECURSOS

ARTIGO 19º:- Na Lei Orçamentária anual as despesas com amortizações, juros, e demais encargos da dívida, serão fixados com base apenas nas operações realizadas e autorizações concedidas até a data do encaminhamento do Projeto de Lei a Câmara Municipal.

PARÁGRAFO ÚNICO:- As despesas com juros encargos operação de créditos por antecipação da Receita Orçamentária, mesmo que não contratada poderão constar da proposta Orçamentária e liquidadas, se ocorrem, até 30 (trinta) dias após o encerramento do exercício Financeiro de Efetivação .

ARTIGO 20º:- Os créditos suplementares abertos por Decretos do Executivo, quando destinados a suprir insuficiência / nas dotações relativas aos juros da dívida pública, não excederão ao limite autorizado na Lei Orçamentária ou Constituição Federal e Legislação Pertinentes .

CAPITULO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 21º:- Na fixação da Despesa e estimada-Receita, a Lei Orçamentária observará os seguintes princípios:

I - Austeridade, na gestão dos recursos públicos;

II - Modernização na ação governamental com vistas ao aumento de produtividade, qualidade e eficiência dos serviços e servidores públicos ;

III - Apoio a iniciativa privada

IV - PRIORIDADES NOS INVESTIMENTOS NAS ÁREAS SOCIAIS .

ARTIGO 22º:- Não sendo devolvido para autógrafa a Lei Orçamentária até o início do exercício de 1.994, o Poder

segue...



CGC 45.200.623/0001-46

Prefeitura Municipal de São José do Barreiro

RUA TENENTE MAGALHÃES, 109
ESTADO DE SÃO PAULO

Legislativo.

ARTIGO 23º:- Todo Projeto de Lei que envolva-aumento de Despesa, deverá ser encaminhado com indicação de recursos correspondente para apreciação do Legislativo .

ARTIGO 24º:- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação .

ARTIGO 25º:- Revogam-se as disposições em contrário .

Prefeitura Municipal de São José do Barreiro,
05 de Agosto de 1.993 .

NELSON RIBEIRO MENDES
Prefeito Municipal .

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra .

SILVIA DORACI PIRES
Escriturária .